

CONSIDERA VERÓNICA MACAMO: Emancipação da mulher é benéfica para a sociedade

Segunda, 09 Novembro 2015 11:23



A LUTA pela emancipação da mulher não é contra o homem nem sequer é a favor apenas das mulheres. É um fenómeno que visa aproveitar as capacidades, conhecimentos e sensibilidades de homens e mulheres para que se edifique a cada dia um país de justiça e bem-estar da sociedade.

O facto foi defendido quinta-feira, em Maputo, por Verónica Macamo, Presidente da Assembleia da República, num diálogo que manteve com os estudantes do Instituto Superior de Ciências de Saúde da cidade de Maputo.

Palestrando a convite daquela instituição de Ensino Superior, por ocasião da celebração dos 40 anos da independência nacional, Verónica Macamo explicou aos presentes, na sua maioria jovens, que o facto de se defender que a mulher deve ser emancipada isso não implica que ela ou o homem devam deixar de assumir os seus papéis na família. Justificou a necessidade da emancipação alegando que para que o país desenvolva de forma sã, equilibrada e sustentável a sociedade precisa da contribuição e participação activa de homens e mulheres.

“Não é possível o país desenvolver de uma forma sólida sem contar com a participação de homens e mulheres. Isso não será possível se a sociedade abdicar da contribuição, da inteligência, da experiência de mais da metade de seus membros, que são mulheres. Não será possível”, observou.

Para uma melhor compreensão, a Presidente do Parlamento moçambicano, que falava sob o tema “Inserção da Mulher nos Espaços de Poder: O Papel da Mulher no Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique”, recuou para o passado e lembrou o quanto foi determinante o envolvimento da mulher na luta de libertação nacional para a emancipação da mulher.

Recordou que o despertar da consciência política e nacionalista da mulher moçambicana, bem como da necessidade da sua participação activa na luta de libertação nacional, ganha mais vigor a partir de 4 de Março de 1968 com a criação do Destacamento Feminino, e mais tarde com a criação da Organização da Mulher Moçambicana, a 16 de Março de 1973”, disse.

“A participação da mulher nas várias frentes da luta de libertação nacional, designadamente no transporte de material de guerra e mantimentos, na saúde e educação e mais tarde no combate, lado a lado com o homem, fez com que a nossa luta ganhasse mais ímpeto e começássemos a quebrar os vários tabus relativos ao papel e valor da mulher”, disse, acrescentando que “foi também determinante para a emancipação da mulher o facto de homens

e mulheres olharem e verem que afinal as mulheres podem participar na guerra, afinal a mulher pode disparar, afinal a mulher pode resistir. Guerra implica restrições muito sérias”.

Verónica Macamo não se esqueceu de citar exemplos de algumas mulheres que se notabilizaram pelo papel que desempenharam na luta de libertação nacional, tais como a heroína Josina Machel, que se destacou pela sua entrega e determinação na luta com outras mulheres, como Marina Pachinuapa, Deolinda Guezimane, Filomena Nachaque e Paulina Mateus.

Confusão na aceção do conceito emancipação

A PRESIDENTE da Assembleia da República sublinhou que com a conquista da independência, em 1975, sentiu-se a necessidade de se reflectir continuamente sobre a importância da emancipação da mulher em todo o território nacional, o que não foi fácil devido a confusão na interpretação do conceito da emancipação da mulher no seio dos homens e das próprias mulheres.

As mulheres, segundo Verónica Macamo, pensavam que com a emancipação deixavam de ter responsabilidades na família. Título de exemplo, exigiam que os homens passassem a lavar e engomar a roupa, mudar as fraldas das crianças. Por sua vez os homens diziam que a emancipação era da porta de casa para fora.

“Os homens diziam: você (mulher) e a sua Frelimo com esta coisa de emancipação da mulher é da porta para fora de casa”, referiu, reconhecendo, no entanto, tratar-se de um processo de mudanças que leva o seu tempo.

“As mudanças culturais são difíceis, levam tempo”, referiu, alegando que actualmente pode-se falar da emancipação com alguma tranquilidade, tendo em conta que as barreiras estão sendo removidas paulatinamente.

Durante a conversa houve participantes que procuraram relacionar a existência cada vez mais de casos de divórcios na sociedade moçambicana que podem estar relacionados com a emancipação da mulher.

Quanto a esta questão Verónica Macamo esclareceu que o problema pode estar relacionado com a confusão na interpretação daquilo que se pretende com a emancipação da mulher ou também da personalidade da pessoa.

A palestrante chamou atenção de que há certos princípios num lar que não devem ser violados nem por homens nem por mulheres. Apontou, a título de exemplo, o respeito, a compreensão, a solidariedade, a atenção, o amor, a tolerância e a paz, que devem perdurar numa relação.



A educação como ferramenta para a emancipação da mulher

PARA Verónica Macamo, desde os tempos o Governo percebeu que o analfabetismo, com maior incidência na mulher, era um constrangimento no campo da emancipação da mulher e introduziu, em todo o país, aulas de alfabetização de adultos assim como apostou na educação da rapariga.

Esta visão permitiu a formação de mulheres em várias áreas, algumas das quais consideradas na altura tradicionalmente destinadas só para os homens. “Por exemplo, conduzir uma viatura. Hoje parece algo pequeno, mas naquela altura era raro ver uma mulher a conduzir. Era uma novidade”, elucidou.

Fundamentou que era necessário apostar na educação da rapariga, porque naquele tempo os pais e as mães, isto é, as comunidades num todo, não estavam preocupadas em mandar as filhas para a escola. Com a política está a ser possível mobilizar as famílias a levar os filhos (meninas e rapazes) para a escola para poderem superar-se e ambos serem úteis ao país.

“Com isso foi possível as comunidades entenderem que educar raparigas e rapazes é importante para a equidade de género, pois a formação, educação e capacitação de homens e mulheres produz ganhos benéficos para a sociedade”.

Desde essa pretensão o número de raparigas que ingressam no Ensino Primário tem aumentado ano pós ano. “A título de exemplo, dados recentes revelam que no Ensino Primário do 1.º Grau a taxa líquida de escolarização para o sexo feminino cresceu de mais de 50 por cento em 2000 para mais de 90 por cento em 2012, o que demonstra que estamos a lançar as sementes para que o objectivo da equidade do género que a África preconiza para 2063 seja uma realidade”.

“O segredo das questões de género reside na formação, pois esta abre espaço para que homens e mulheres tenham iguais oportunidades de emprego e progressão na carreira”, sublinhou.



se muda com decretos

A cultura não

MOÇAMBIQUE possui um quadro legal favorável à igualdade de género. Contudo, para a dirigente da chamada “Casa do Povo”, ainda há muitos desafios culturais por superar.

“A Lei da Família estabelece a relação de complementaridade entre marido e mulher. Todavia, na nossa tradição há ainda desafios por vencer. Temos de continuar a educar a sociedade, pois a cultura não se muda com decretos”, salientou, acrescentando que o que o Estado pretende é complementaridade entre homens e mulheres.

Esclareceu ainda que ao se aprovar a Lei contra a Violência Doméstica não se pretende penalizar nem o homem nem a mulher mas sim se trata de um instrumento que visa chamar atenção e procura inibir que as pessoas se agridem.

“As pessoas se casam porque se amam e devem continuar assim. Violência nunca foi expressão de amor, é algo que dói, que machuca, que deixa sequelas. Queremos que as pessoas vivam em paz mas sobretudo que transmitam essa paz, carinho, amor e protecção mútua aos filhos”.

Referiu ainda que a vontade política em relação às questões de género vem também expressa no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, criando espaço para que no processo de desenvolvimento económico e social do país se privilegie maior equidade no acesso aos recursos e benefícios e os planos económicos e sociais constituem os instrumentos que operacionalizam a vontade.

“Actualmente não precisamos de lupa para notar que são inúmeras as mulheres que participam activamente nas diversas áreas da vida política, económica, social e cultural bem como aquelas que adquirem graus universitários e entram para o mercado laboral e noutras esferas tradicionalmente associadas aos homens”, disse.

Na ocasião manifestou a sua satisfação em relação à presença da mulher nos espaços de poder até ao nível da base, isto é, a existência de mulheres chefes de localidade.

“Fiquei mais sossegada em relação à participação da mulher quando vi que há chefes dos postos administrativos, há chefes das localidades. Na localidade é onde se convive directamente com a comunidade. Se há resistência a mudanças é lá onde há mais porque é lá onde os valores culturais arcaicos são respeitados. Fiquei sossegada porque tive a ocasião de trabalhar numa localidade chefiada por uma mulher e vi que as pessoas tratam as dirigentes por mamã. Mamã chefe de localidade, mamã chefe do distrito. Mamã é uma palavra de carinho. Nós tratamos alguém por mãe quando a admira e respeita. É isso que vi, que a emancipação está num bom caminho. É muito importante entender a base como nos entende, porque é a base que move as mudanças, então fiquei mais sossegada”, justificou.

Contudo, para Verónica Macamo há que incentivar as mulheres a serem solidárias umas com as outras e candidatarem-se cada vez mais a cargos de poder. “As mulheres são cautelosas por isso precisam de serem incentivadas e motivadas. Nos municípios precisamos de fazer um esforço maior, convencendo as mulheres a se candidatarem ao cargo de presidentes”, recomendou.

Actualmente dos 53 presidentes dos conselhos municipais são mulheres, representando 9 por cento.



Assegurar a

inclusão económica da mulher

VÁRIOS foram os passos dados rumo ao empoderamento da mulher em várias frentes. Contudo, há que se reflectir sobre como empoderar a mulher nos próximos anos, face aos desafios que ainda prevalecem, sobretudo no diz respeito à sua inserção económica.

“A efectiva participação da mulher passa não só pela sua inserção nos órgãos do poder mas também pela sua independência económica. A emancipação económica ou política da mulher não deve ser vista como benéfica apenas para as mulheres ou contra o homem. Ela deve ser entendida como uma emancipação da sociedade, com ganhos incomensuráveis para o país”, referiu, defendendo que se as mulheres, que constituem 52 por cento da população moçambicana, forem marginalizadas é a sociedade que sai a perder.

Na conversa, que durou cerca de duas horas, Verónica Macamo manifestou a necessidade da criação dum ambiente legal, regulamentar e institucional, bem como socio-cultural apropriado para que as mulheres de todos os

extractos sociais possam realizar o seu potencial económico e, assim, contribuir decisivamente no combate à pobreza.

“Afigura-se crucial que a inclusão financeira das mulheres, em particular do sector informal, e as camponesas, que são o suporte da maior parte das famílias moçambicanas, tenham acesso, sem barreiras, aos serviços das instituições financeiras, tais como crédito, seguros, poupanças e transacções, para que a pobreza deixe de ter a cara da mulher”, referiu.

A nível social, apesar dos avanços, Verónica Macamo disse ser necessário a continuidade do combate e para a eliminação de algumas práticas sociais nocivas, tais como a violência doméstica, os casamentos prematuros, a gravidez precoce e a vulnerabilidade ao HIV & SIDA. Igualmente, apelou a contínua formação de homens e mulheres, à promoção da harmonia na família assim como encorajou as mulheres a auto-superarem-se, sempre, e a serem pro-activas, dinamizando acções no campo político, económico e cultural.

“Estou segura que se formos capazes de criar estas capacidades no nosso país a pobreza deixará de ter, como costume dizer, a cara da mulher. Mais do que isso, homens e mulheres estarão a contribuir para o bem-estar da nossa sociedade.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/46071-considera-veronica-macamo-emancipacao-da-mulher-e-benefica-para-a-sociedade>